

MOVIMENTOS SOCIAIS NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Raquel Varela

*Instituto de História Contemporânea
Universidade Nova de Lisboa*

Crise e revolução

A revolução portuguesa foi marcada pelo protagonismo político de um poderoso movimento operário e social – parte essencial da definição do próprio conceito de revolução – que atingiu todos os sectores da sociedade portuguesa, em particular o movimento operário, mas não só. Para além dos trabalhadores directamente ligados à produção de valor, e particularmente os operários industriais, a revolução portuguesa caracterizou-se por conflitos sociais muito radicalizados entre os estudantes, o moderno sector laboral dos serviços, o sector informal, uma ampla participação das mulheres e os sectores intermédios e de base das forças armadas. A conflitualidade social em Portugal em 1974-75 teve uma amplitude nacional.

Neste artigo faremos um levantamento dos principais movimentos sociais que marcaram a revolução portuguesa argumentando que as causas da sua radicalização são essencialmente quatro: crise económica, derrota na guerra colonial, protagonismo do movimento operário e, por último, a desorganização das estruturas políticas e sindicais.

Em primeiro lugar a radicalização da revolução portuguesa deve-se à recessão mundial que começa em 1973 e se tornou na mais grave crise económica do pós-guerra, arrasando o sistema de Bretton Woods, que atingiu a classe dominante nacional provocando divisões no seu seio e praticamente inviabilizando o esforço de guerra que já dominava 40% das despesas do Estado (e 8% do PNB). A crise económica e militar surgia para os trabalhadores não como uma anomalia, mas como uma oportunidade.

Em segundo lugar, a revolução é determinada pela combinação da luta anticolonial com a revolução na metrópole, e vice-versa, a revolução na metrópole reforça a legitimidade dos movimentos de libertação nas colónias e precipita a independência destas num curto espaço de tempo (em 19 meses todas as ex-colónias se tornam independentes). Com esta relacionada, o efeito que a derrota na guerra teve na hierarquia militar, abrindo uma crise nas forças armadas, coluna vertebral do Estado.

O terceiro factor é o protagonismo do movimento operário. A maioria dos conflitos sociais da revolução portuguesa é protagonizada pelo operariado (19% da

conflitualidade laboral dá-se na indústria têxtil, 15% na maquinaria e fabricação de produtos metálicos, 9% na construção e obras públicas, 7% na indústria química e alimentação¹, em particular o operariado das grandes cinturas industriais (Porto, Lisboa e Setúbal), com particular destaque para Lisboa, distrito no qual ocorrem 43% dos conflitos laborais². Portanto, trata-se de conflitos que ocorrem maioritariamente no sector que produz valor directamente, de uma classe operária jovem (a grande emigração do campo para a cidade dá-se a partir do início dos anos 60), e concentrada geograficamente. Finalmente as tarefas «reformistas», no sentido clássico do termo (nacionalizações, reforma agrária, melhoria dos salários), ganharam uma dimensão revolucionária porque foram conquistadas contra a burguesia, com métodos próprios do movimento operário (greves, ocupações de terras e fábricas) e, em muitos casos, através de organismos autónomos de trabalhadores, de assalariados agrícolas e, em certo momento, de soldados.

Por último, o quadro político e sindical português, por herança da ditadura salazarista, determinou que a maioria da classe operária e sectores intermédios da sociedade não pertenciam, quando do golpe de 25 de Abril, a nenhuma organização política e os sindicatos fascistas estavam totalmente desacreditados. O PS tinha-se formado em 1973, mas era em 1974 apenas um embrião de partido, com quadros oriundos da pequena burguesia, quase todos no exílio, e o PCP, a maior organização política de Portugal e a única que tinha resistido efectivamente ao fascismo, mantendo no interior um sector de quadros clandestinos importantes, muitos dos quais presos, não teria mais de 3000 militantes, uma parte deles assalariados rurais do Sul de Portugal (um ano depois da revolução o PCP cresce para cerca de 100 000 militantes). Os sindicatos nacionais, controlados pelo governo, estavam desacreditados como estruturas de direcção do movimento operário e a Intersindical, uma estrutura alternativa criada em 1970, dirigida por católicos progressistas, PS e, sobretudo, PCP, chega ao 25 de Abril com influência em 12 sindicatos apenas.

A democratização do poder

No dia 25 de Abril de 1974 um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) põe fim à ditadura portuguesa. De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe – que insistiam pela rádio para as pessoas ficarem em

¹ Rafael DURAN MUÑOZ, *Contención y Transgresión*, Madrid, CEPC, 2000, pág. 142.

² Idem, pág. 143.

casa –, milhares de pessoas saíram de suas casas, e foi com as pessoas à porta, a gritar «morte ao fascismo», que no Quartel do Carmo, em Lisboa, o Governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se para saírem todos os presos políticos; a PIDE foi desmantelada, atacada a sede do jornal do regime *A Época* e a censura abolida.

No dia 28 de Abril, os moradores do bairro da Boavista, em Lisboa, ocupam casas vagas e recusam-se a sair, apesar de intimados pelos militares e pela polícia; os bancários começam a controlar a saída de capitais dos bancos a partir do dia 29 e montam piquetes às portas destes; no mesmo dia, os empregados de escritório ocupam o sindicato e expulsam a direcção; no dia seguinte, vários sindicatos ocupam o Ministério das Corporações e Segurança Social, que passa a chamar-se Ministério do Trabalho; nesse dia, 10 000 estudantes reúnem-se em plenário no Instituto Superior Técnico e os trabalhadores da construção civil demitem a direcção do sindicato e ocupam a sede. Começa a greve na Transul e é formado o Movimento de Libertação da Mulher (MLM).

A manifestação do 1.º de Maio – que passa ser o Dia do Trabalhador – reúne cerca de meio milhão de pessoas em Lisboa. Medeiros Ferreira cita estudos que apontam para uma centena de manifestações, em que participaram cerca de 1 milhão de portugueses para ouvirem 200 oradores (Ferreira, 1994:35) em todo o País. As ocupações de casas sucedem-se.

Nos primeiros quinze dias de Maio há greves, paralisações e nalguns casos ocupações em dezenas de fábricas e empresas. Várias manifestações, dirigidas sobretudo pela extrema-esquerda, condenam a guerra colonial (a 3, a 4 e a 5 de Maio, entre outras).

A segunda quinzena de Maio foi marcada pela radicalização dos conflitos sociais. A formação do I Governo Provisório, um governo frente-populista com a participação de comunistas, socialistas e liberais, no dia 16 de Maio de 1974, e os sucessivos apelos do Partido Comunista Português para que a classe trabalhadora apoiasse este Governo em nada acalmaram os conflitos sociais. A decisão do Governo, no dia 24 de Maio, de aprovar um salário mínimo de 3300 escudos, muito aquém do exigido pelos trabalhadores, só radicalizou ainda mais o surto de greves e ocupações de fábricas e empresas. Em grande parte das lutas sociais (Rodrigues, 1994, Santos *et al*, 1976) exigiam-se salários acima dos 4000 ou mesmo 6000 escudos.

No quadro 1 elaborámos uma tabela baseada em Santos *et al* (1976) com as greves que ocorreram entre 25 de Abril de 1974 e 1 de Junho do mesmo ano. Em cinco

semanas há 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em todos os anos precedentes, incluindo no pico de greves de 1969 – registaram-se em todo esse ano 100. A maioria das greves acontece na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação da fábrica ou empresa. Em quatro, o sequestro de pessoas e bens.

Quadro 1: Greves em Portugal entre 25 de Abril de 1974 e 1 de Junho de 1974

	Formas de Luta			
	Ameaça de greve	Greves	Ocupação de Empresa / Fábrica	Sequestro de Pessoas e Bens
Indústria	8	42	26	4
Gás, Electricidade, Água, Transportes, comércio e Comunicações	6	15	8	
Banca, Seguros, Serviços	1	1	1	
Total	15	58	35	4

Fonte: SANTOS et al. (1976)

O que mais impressiona do ponto de vista dos movimentos sociais na revolução portuguesa não é, porém, o seu número, relevante claro, mas a sua dinâmica. As greves que se registam são maioritariamente «selvagens», decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões de trabalhadores. São convocadas à margem do Partido Comunista e do Partido Socialista – ambos faziam parte do Governo – e dos sindicatos, que estavam agora a formar-se na maioria dos casos. Para o período de 1974-75, Muñoz registou 958 conflitos de empresa e fábrica, 300 dos quais ocorreram entre Maio e Junho de 1974 (Muñoz, 2000:105).

Com excepção de Julho e Agosto de 1974, todos os meses registam mais de 100 conflitos.

No estudo de Santos (1976) a maioria das reivindicações destas greves são aumentos salariais, salário mínimo, participação nos lucros da empresa, 13.º e 14.º mês, controle sobre a empresa (40%). Em quase 50% dos processos de luta estudados por Santos há exigência de saneamentos ou seja, de destituição dos quadros das empresas, gestores e administradores afectos ao regime fascista.

Cristovam (1982) fez um estudo comparativo das reivindicações nas greves de 1979 – já depois do fim da revolução – e das greves em todo o período de 1974 e 1975 e chegou à conclusão de que em 1974-75 entre 15 e 22,7 % das reivindicações colocavam directamente em causa os centros de poder das empresas (Cristovam, 1982:74) enquanto em 1979 só 3,7% das reivindicações se centravam sobre a gestão da empresa. Mais, nas reivindicações salariais de 1974-75, que eram 39,8% das reivindicações totais, há um carácter predominantemente igualitário: aumento de salário igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário mínimo nacional (Cristovam, 1982:76). Surgem ainda reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual; abolição de privilégios na empresa.

Nos últimos dias de Maio tornou-se evidente que não se estava mais em Portugal apenas perante um golpe militar que tinha aberto as portas à mudança de regime, mas face um poderoso movimento social que questionava a propriedade privada dos meios de produção.

No dia 27 de Maio de 1974 os trabalhadores da panificação – contrariando o sindicato – entram em greve. Rebenta também nesta fase a greve da Carris, autocarros de Lisboa, porque os trabalhadores exigiam paridade com o Metro, mesmo contra um parecer desfavorável por parte do sindicato. Os trabalhadores dos CTT entram em greve. Lisboa não tinha autocarros, eléctricos, correio e pão.

Era esta a situação social ao fim de 10 dias de vigência de um Governo Provisório do qual faziam parte o Partido Comunista e o Partido Socialista. A revolução vai fazer surgir uma forma de organização de tipo conselhistas, as comissões de trabalhadores, que surgem em quase todas as fábricas e empresas do País e que são eleitas em assembleias de trabalhadores, com o princípio da livre revogabilidade. São estas, e não as direcções sindicais, que vão estar na origem da maioria dos conflitos laborais, gerando por isso a oposição do PCP e da maioria das direcções sindicais que consideravam as comissões

de trabalhadores «formas selvagens de organização, instrumentos do patronato e do “divisionismo”» (Valente, 2001:241).

A Intersindical, a única organização sindical construída à margem dos sindicatos fascistas, tinha sido fundada em 1970, com 12 sindicatos. Estava ainda num estado embrionário quando do 25 de Abril. A Intersindical reúne-se no dia 11 de Maio de 1974, representando 54 sindicatos³ (Santos *et al*, 1976). Mesmo assim, o PCP, o partido que dirige a organização sindical, considera que as lutas não passam pela multiplicação de comissões de trabalhadores e outras estruturas organizativas («não são as estruturas que devem ser grandiosas, mas sim as lutas»⁴) e sim pela Intersindical. Uma insistência necessária, pois a realidade era que as comissões de trabalhadores eram nesta altura mais fortes que os sindicatos, em recomposição. Das 158 empresas que tiveram conflitos laborais entre 25 de Abril de 1974 e 1 de Junho de 1974 a instância de negociação dos conflitos foi, em 61 casos, a comissão de trabalhadores, em 6 a comissão de empresa, em 10 o sindicato nacional ou distrital (Santos *et al*, 1976).

A tensão social do Verão de 1974

O Verão de 1974 é marcado por três greves que terão impacto económico e sobretudo político: a greve da TAP, do Jornal do Comércio e dos estaleiros navais da Lisnave. Mas este período será também marcado pelo agravamento da crise económica que leva ao aumento do número de despedimentos, a que os trabalhadores vão responder, sobretudo a partir do final do Verão, com um aumento dos conflitos nas fábricas e empresas, nomeadamente ocupação de instalações e sequestro ou impedimento de os patrões entrarem nas fábricas e empresas. O Governo vai responder à tensão social com uma onda de repressão, que inclui a militarização dos trabalhadores da TAP, por exemplo, e a aprovação de uma lei restritiva de direito à greve, repressão que vai aumentar ainda mais a tensão social não só entre trabalhadores mas também nas forças armadas, onde o impacto da revolução começa a fazer-se sentir na base.

A greve da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) é emblemática. É uma luta operária, num sector chave da economia, e que vai ser reprimida, com armas, pelo Governo onde estavam o PS e o PCP.

No dia 2 de Maio de 1974 a comissão sindical da TAP apresentou um documento à Junta de Salvação Nacional onde fazia uma série de reivindicações salariais,

3 «Os trabalhadores e a Intersindical» in *Avante!*, Série VII, 17-5-1974, pág. 1.

4 *Idem*, pág. 1.

saneamentos e de organização da empresa que apontavam para a autogestão e a readmissão de todos os despedidos sem justa causa. Na tentativa de conciliar os interesses das partes em conflito, cria-se uma Comissão Administrativa (CA) – composta por 3 representantes dos trabalhadores e 3 militares da Junta de Salvação Nacional – presidida pelo coronel Moura Pinto. No dia 25 de Julho os Comitês Operários de Base (COB) lançam um comunicado onde questionam a autogestão da empresa – numa empresa capitalista não há conciliação possível de interesses de classe antagónicos, argumentam – e elaboram um documento que aponta para a greve em Agosto, para que se façam os saneamentos, para que prossiga a negociação do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) e a proibição dos despedimentos sem justa causa:

Não nos deixaremos intimidar por manobras que tentem levar-nos a desistir da nossa luta, nomeadamente por aqueles que agitam o espantinho do caos económico. O caos económico foi o que sempre existiu e continua a existir. O caos económico é a produção não estar orientada para a satisfação das necessidades da maioria e estar orientada para o lucro máximo de uma minoria. Isso é que é o caos económico e esse caos só acabará quando a nossa luta atingir a vitória final, o capitalismo for derrubado e passemos a estar nós trabalhadores a controlar toda a sociedade no sentido de atingir uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados⁵.

No dia 26 de Agosto, data limite que os trabalhadores tinham dado à empresa para atender as reivindicações, os trabalhadores da Divisão de Manutenção e Engenharia (ME) entram em greve. O Governo responde enviando a tropa para reprimir a greve e, no dia 28, os trabalhadores são enquadrados no Regulamento de Disciplina Militar.

No dia 22 de Agosto de 1974 os trabalhadores do Jornal do Comércio, três centenas, entram em greve e ocupam as instalações da empresa exigindo a demissão de Carlos Machado e a equiparação salarial com os trabalhadores do Diário Popular. Exigem liberdade de imprensa e acusam o jornal de ter uma linha política de extrema-direita e de obrigar os trabalhadores a seguir essa linha. Perante a recusa da administração em negociar, os trabalhadores mantêm a greve e decidem publicar um jornal de greve. O Governo responde novamente com armas. Na noite de 26 para 27 de

⁵ «Só Lutando Venceremos – TAP: Lições dos últimos três meses e novas perspectivas para a nossa luta», COB da TAP, 25 de Julho de 1974. In Santos, Maria de Lurdes *et.al*, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, 3º volume, pág. 125.

Agosto, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e uma bateria do RAL 1 (Regimento de Artilharia Ligeira 1) cercam as instalações e, no dia 28, desocupam-nas e selam-nas para impedir a continuação da saída do jornal de greve.

O caso vai gerar uma onda de solidariedade de toda a imprensa: no dia 29 o Sindicato dos Jornalistas solidariza-se com o protesto; a 3 de Setembro uma assembleia convocada pelo SJ e pelos sindicatos de artes gráficas, revisores de imprensa e vendedores de jornais e lotaria convoca uma greve nacional de 24 horas. No dia 4 só dois jornais se vendem, *O Século* e o *Diário de Lisboa*.

A greve do Jornal do Comércio, que durou 46 dias, prosseguiu. A 28 de Setembro, Carlos Machado é preso por ter participado no falhado golpe spinolista.

A luta dos operários da Lisnave, que se transforma também num combate contra a lei da greve, vai provocar um dos momentos políticos mais difíceis ao Governo. Tal como a TAP, os estaleiros navais da Lisnave são economicamente estratégicos para o País. Mas são também uma empresa de indústria pesada, situada na margem sul do Tejo, bastião operário.

No dia 7 de Setembro um plenário com 2000 trabalhadores ratifica a decisão de convocar uma manifestação que levava os metalúrgicos da Lisnave para o centro da cidade de Lisboa, até ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres. Os trabalhadores da Lisnave exigem o saneamento da administração, recusam a lei da greve (que chamam nos comunicados de «lei anti-greve»).

O Governo, através do Ministério da Administração Interna, ilegaliza a manifestação nesse mesmo dia 11, temendo o alastramento da luta a outras empresas. Pela manhã de dia 12 uma delegação do MFA vai à Lisnave para tentar convencer os operários a adiarem a manifestação para um sábado. Em vão. No dia 12, os operários, reunidos no interior do estaleiro, ratificam a manifestação, com apenas 25 votos contra. Lá fora, as forças do COPCON (Comando Operacional do Continente) cercam, com grande aparato militar, o estaleiro. Mas os fuzileiros recusam-se a reprimir a manifestação, que começa às 17.20 e se prolonga por 6 horas, percorrendo as principais avenidas de Lisboa.

No dia 27 de Agosto de 1974, exactamente com o propósito de parar as greves contra o Governo, é promulgada a Lei da Greve, uma lei logo considerada pelos sectores mais à esquerda de «anti-operária».

A lei previa que: 1) os contratos colectivos não podiam ser renegociados antes do fim do prazo, o que significava, num quadro de inflação de dois dígitos, que os salários

eram rapidamente comidos por esta, criando condições para acelerar a extracção da mais-valia; 2) Proibia a greve às forças militares e militarizadas, aos bombeiros, às forças policiais e aos magistrados judiciais; 3) Proibia a «cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo» e proíbe a ocupação dos locais de trabalho durante a greve; 4) No seu artigo 6.º proíbe a greve política e de solidariedade; 5) Assegurava à entidade patronal o direito de *lock-out*.

É uma lei que surge, recordemos, pela mão de um Governo com a participação dos comunistas e uma lei de resposta à falta de controle que o PCP e os restantes componentes do Governo Provisório, entre eles os militares, tinham sobre a classe trabalhadora. A lei da greve tinha alvos óbvios: não permitia as greves de solidariedade e proibia as ocupações. A lei vai ser, *de facto*, combatida pelos grevistas da TAP e do Jornal do Comércio e declaradamente posta em causa na manifestação dos operários dos estaleiros navais da Lisnave que no dia 12 de Setembro de 1974 marcham sobre o Ministério do Trabalho exigindo a sua revogação. No comunicado que os operários distribuem à população de Lisboa podia ler-se: «(...) Que não estamos com o Governo, quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Que lutaremos activamente contra a ‘lei da greve’ porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores. Que repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do *lock-out* é uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas»⁶.

A caminho do 11 de Março

A crise económica aprofunda-se no Verão e sobretudo no Outono/Inverno de 1974 com a generalização dos despedimentos em muitas fábricas do País. A crise de acumulação provoca directamente despedimentos (e encerramento de fábricas e empresas) que surgem como uma forma de eliminar custos com o capital variável, numa tentativa de impedir a queda tendencial da taxa de lucro (Rosdolsky, 2001: 319). A crise, mundial, tem outros efeitos económicos e sociais em Portugal, como a diminuição do número de emigrantes, por um lado (o que provoca também o aumento do desemprego), e a quebra das remessas da emigração por outro. A isto juntou-se também

⁶ «Dos Operários da Lisnave à População». Comunicado dos Trabalhadores da Lisnave, 11 de Setembro de 1974. In Santos, Maria de. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, págs. 110-112.

o retorno dos soldados das ex-colónias (Rosa, 1975:15) e a generalização das lutas por melhorias salariais, 13.º mês, manutenção da produção, tudo factores que objectivamente mantinham a produção e chocavam com a recuperação das taxas de lucro. Esta situação vai gerar uma crise dramática que resulta na agudização da luta de classes, já visível em 1974 e que, em 1975, tem um salto qualitativo, com uma queda superior a 4% do PIB. São mais de 200 mil desempregados, empresas a fechar, patrões forçados a um auto-exílio causado quer pela falência das empresas quer pelo questionamento da propriedade privada pelos trabalhadores.

A luta nas empresas prossegue. No dia 3 de Janeiro de 1975 uma assembleia-geral dos bancários vota o apoio à nacionalização da banca e dos seguros. No dia 4 de Janeiro reúne-se a I Reunião de Intercomissões de Moradores de Lisboa, com representantes de 18 comissões. No dia 17 começa uma greve geral nos liceus que alastra a todo o País⁷.

A revolução extravasa as medidas clássicas de paralisação da produção e questionamento da propriedade privada e ganha contornos sociais inesperados: no dia 3 de Março os trabalhadores do próprio sindicato dos metalúrgicos afirmam que não aceitam ser tratados pela direcção do sindicato «como por um patrão»⁸; em Almada um palácio é ocupado para «fazer uma clínica para o povo»; o clima geral de assembleísmo leva as páginas de desporto do *República* a escreverem que, nos clubes, «foi uma semana de assembleias»⁹. Os Cristãos pelo Socialismo declaram que a hierarquia impede os cristãos de fazerem a redescoberta da força revolucionária dos evangelhos»¹⁰.

Duplo poder, as vitórias dos trabalhadores e as nacionalizações

No dia 11 de Março de 1975, um golpe de direita tenta pôr fim à revolução. É derrotado. A história da revolução portuguesa depois de 11 de Março de 1975, período que Maxwell chamou simplesmente de «revolução» (Maxwell, 1995:154) demonstrou que a etapa democrática da revolução tinha sido, em menos de um ano, ultrapassada pelos principais protagonistas do processo revolucionário – as classes trabalhadoras e parte dos sectores intermédios da sociedade portuguesa – que lutaram nas fábricas, nos bairros, nos locais de trabalho, com métodos de luta e reivindicações que faziam da etapa democrática um dado adquirido e do socialismo uma possibilidade.

⁷ Esta cronologia, parcial, foi feita com base nos jornais *Diário Popular*, *República* e *Avante!*

⁸ *República*, 3-3-1975, pág. 8.

⁹ *República*, 1-3-1975, pág. 17.

¹⁰ *República*, 7-3-1975, pág. 6

A seguir ao 11 de Março a situação social é a mais radicalizada desde o início da revolução. Há greves, ameaças de greve, conflitos laborais entre Maio e Junho de 1975 nos metalúrgicos, nos químicos, na hotelaria, nos têxteis, nas câmaras municipais, na construção civil, nas minas, electricistas, padeiros, gráficos, TAP¹¹. As ocupações alastram pelo Ribatejo e Alentejo. As nacionalizações são levadas a cabo em dezenas de grandes empresas. E surgem as ocupações de casas que avançam a nível nacional num ritmo extraordinário, logo a partir de meados de mês de Fevereiro de 1975, em Lisboa, Porto e Setúbal, sobretudo. Despontam aspectos organizativos que impõem uma dinâmica distinta ao processo de ocupação de casas. Chip Dows fala de um «salto qualitativo» do movimento ao estabelecer «uma ligação entre tudo o que constitui a vida na cidade e mecanismos de exploração capitalista» (1978:70). As comissões de moradores passam a ser, em muitos casos, a base organizativa do movimento social urbano, e transformam-se, ainda na análise de Dows, num «verdadeiro duplo poder ao nível da cidade» (1978:59). Também Arcary considera que a derrota da direita no 11 de Março abre caminho à radicalização da revolução e à dualidade de poderes (Arcary, 2004:78).

Muitas destas lutas tiveram sucessos extraordinários, educando militantes, convencendo activistas, organizando cada vez mais gente. Como refere Chip Dows as reivindicações dos trabalhadores e das camadas populares não são intrinsecamente revolucionárias, «mas é com a experiência de luta pela satisfação da reivindicação e pelo direito ao controle directo sobre a sua resolução que esse significado político se vai acentuar e evoluir» (...) É a consciência de revolta que se apodera das pessoas; o sentimento de que têm algo a dizer e a propor em relação ao quotidiano que lhes pretendem impor, embora na maioria das vezes não o consigam exprimir claramente» (Dows, 1978:61-62).

E foram muitas as reivindicações que venceram nesta época, criando um sentimento de confiança e de vitória em largas camadas de trabalhadores e sectores populares. O Governo vê-se obrigado a actualizar o salário mínimo e, fortemente apoiado pelo PCP, a aprovar medidas de contenção de preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de Março contra a «carestia de vida»¹². Em muitas fábricas e empresas as lutas conseguem que a fábrica mantenha a produção,

¹¹ «Surto Grevista», *Diário de Lisboa*, 5-5-1975, pág. 1; «A TAP disse não à greve». In *Diário de Lisboa*, 6-5-1975, pág. 1.

¹² «Medidas Revolucionárias. Avanço da revolução». In *Avante!*, 24-4-1975, pág. 8.

os postos de trabalho mas em muitas outras conseguem aumentos salariais, generalização do contrato colectivo, 13.º mês, subsídio de Natal. Também foram conseguidas melhorias generalizadas ao nível da previdência, assistência na maternidade, doença e invalidez. É neste período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego. O Estado de bem-estar social em Portugal não chegou com a II Guerra Mundial, mas veio pela mão da derrota do fascismo, pela mão da revolução, mais de 20 anos depois de ser uma realidade nos países da Europa Ocidental.

No dia 11 de Março de 1975, os trabalhadores bancários, no meio da ocupação das instalações, exigem a nacionalização da banca. A 12, o Conselho da Revolução, que se constitui nesse mesmo dia, anuncia a nacionalização da banca (ficam de fora os bancos estrangeiros) e, a 24 de Março, dos seguros. Em 14 de Abril, gigantescas manifestações apoiam, em Lisboa e no Porto, a nacionalização da banca¹³. No dia 15 de Abril, por decisão do IV Governo Provisório, são nacionalizadas dezenas de empresas que pertenciam aos grupos financeiros, agora expropriados, o que inclui empresas de sectores básicos da economia nacional como petróleos, electricidade, gás, tabacos, cervejas, siderurgia, cimentos, transportes marítimos, celuloses, construção e reparação naval, camionagem, transportes colectivos urbanos e suburbanos, etc. Muitas destas empresas estavam ligadas, como referimos, aos grandes grupos económicos que tinham enriquecido no Estado Novo, como o grupo CUF, o Grupo Champalimaud, o Grupo Espírito Santo.

As nacionalizações de bancos, seguros, empresas e fábricas portuguesas, que se dão, *grosso modo*, entre Março e Maio de 1975, dão-se por decisão dos trabalhadores que, na dinâmica da revolução, as vão impor aos partidos políticos e ao MFA, obrigando o Conselho da Revolução e o IV Governo Provisório a nacionalizar, primeiro a banca e os seguros, e a seguir várias empresas estratégicas de grupos económicos portugueses dominantes.

Quando se dão as nacionalizações, elas representam, naquele momento, a vitória dos trabalhadores, uma derrota do sistema capitalista, uma agudização da luta de classes que coloca a questão da propriedade privada e do poder no centro da luta de classes em Portugal. E a história da revolução a partir daí será também a história da extraordinária confiança que os trabalhadores e parte dos sectores intermédios da sociedade ganharam em si próprios a partir de 11 de Março de 1975, a confiança de que podem vencer, de

¹³ *Diário Popular*, 15-3-1975, págs. 9 e 11.

que conseguem questionar a propriedade privada dos meios de produção e essa confiança vai-se espalhar como um rastilho de pólvora por todo o País, estando na origem da crise revolucionária que começa em Julho de 1975, o chamado «Verão Quente».

Crise revolucionária

Os últimos cinco meses da revolução portuguesa decorrem num clima de pré guerra civil. É o momento da crise revolucionária em Portugal, em que de facto duas alternativas eram possíveis: haveria um deslocamento do Estado sob a direcção dos trabalhadores ou um golpe contra-revolucionário devolvia a iniciativa política à burguesia portuguesa. Foi a segunda hipótese que se deu, a 25 de Novembro de 1975, quando um golpe militar, quase sem resistência popular, liderado civilmente pelo Partido Socialista, dá início à contra-revolução em Portugal, que de imediato põe fim à democracia nas forças armadas – é o regresso à hierarquia e disciplina militar – e começa a desenhar o quadro institucional de uma democracia representativa. O 25 de Novembro de 1975 abriu as portas de um novo regime em Portugal. Paulatinamente, de acordo com a evolução da luta de classes posterior, e com as escolhas políticas daí decorrentes, nomeadamente a entrada na CEE, desenhar-se-á uma economia de mercado que vai incluir a devolução das terras ocupadas, das empresas nacionalizadas e/ou privatizações e afrouxamento da legislação laboral e de protecção social.

Mas durante esses cinco meses os conflitos laborais, sociais, a luta política, abriam a possibilidade de um fim distinto. Foi durante esses cinco meses que se deu a maior crise governativa da revolução, que se traduziu no frágil V Governo e nas divisões insanáveis no seio do MFA. Foi o momento de maior tensão entre PS e PCP, pelo controle das suas posições governativas e no aparelho de Estado. Foram meses marcados por momentos-chave dos movimentos sociais: manifestações gigantescas de apoio ao PS, ao PCP, à esquerda militar, momentos-chave do movimento operário, como a greve e cerco da Assembleia da República pelos operários da construção civil, ou a radicalização dos soldados (com a organização de base Soldados Unidos Vencerão), ou ainda a violência dirigida pela direita e pela igreja contra o Partido Comunista e outros partidos de esquerda (que viram dezenas das suas sedes assaltadas no Centro e Norte do País) e sindicatos e outras organizações de esquerda. Cinco meses em que as atenções do Mundo estavam em Portugal, expectantes pela estabilização

política do País, que a não dar-se podia fazer ruir todo o equilíbrio de classes no Sul da Europa.

Conclusão

A revolução política transformou-se numa revolução social que conseguiu o fim da guerra colonial; as colónias (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Angola) venceram e tornaram-se independentes; realizaram-se as primeiras eleições com sufrágio universal da história do País; os trabalhadores impuseram o direito à greve, as liberdades de associação e de reunião, a legalização dos partidos políticos; estabilidade no emprego, subsídio de férias, 13.º mês, aumentos salariais, subsídio de desemprego, licença de maternidade, generalização do direito à reforma e à segurança social; serviço nacional de saúde; direito ao divórcio civil para casamentos católicos; habitação social, controle do preço das rendas e de bens alimentares essenciais; nacionalização da banca e das seguradoras nacionais, reforma agrária, democratização da gestão do ensino superior. Tudo isto foi realizado com milhões de trabalhadores nas ruas do País, no momento de maior radicalização de sempre da luta entre capital e trabalho na história de Portugal. Alguns dos homens mais ricos do País fugiram, literalmente, do território. A propriedade privada dos meios de produção foi questionada. Durante 19 meses, em Portugal desmantelaram-se as estruturas da ditadura do Estado Novo (partido único, polícia política, Legião Portuguesa, etc.); houve 6 governos provisórios; 3 golpes de Estado (28 de Setembro de 1974, 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975). Entre Julho e Novembro de 1975 Portugal viveu uma crise revolucionária, o momento em que o deslocamento do Estado ou um golpe contra-revolucionário estavam em cima da mesa.

Bibliografia

ARCARY, Valério, *As Esquinas Perigosas da História. Situações Revolucionárias em Perspectiva Marxista*, São Paulo, Xamã, 2004.

ARCARY, Valério, “Quando o Futuro era Agora: Trinta Anos da Revolução Portuguesa”, *Outubro*, n.º 11, 2004, págs. 71-93.

BARRETO, António y PRETO, Clara Valadas, *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais. Mirandela*, Público, 1996.

BARRETO, António, “Mudança Social em Portugal: 1960-2000”, Costa PINTO, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, 2005, pp. 137-162.

- BRITO FREIRE, João, “Greves Operárias”, FROSAS, Fernando (dir), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, Vol I, págs. 401-404.
- CRISTOVAM, Maria Luísa, *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa, Ministério do Trabalho 1982.
- DOWS, Chip (org), *Os Moradores À Conquista da Cidade*, Lisboa, Armazém das Letras, 1978.
- DURAN MUÑOZ, Rafael, *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*, Madrid, CPPC, 2000.
- FERREIRA, António Medeiros, *Portugal em Transe (1974-1985)*, MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, Vol. VIII.
- FREIRE, Dulce, “Greves Rurais e Agitação Camponesa”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, Vol I, págs. 404-406.
- GOLDNER, Loren, *Ubu Saved from Drowning: Class Struggle and Statist Containment in Portugal and Spain, 1974-1977*, Cambridge MA, Queequeg Publications, 2000.
- MAXWELL, Keneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, 1999.
- PATRIARCA, Fátima, “A Revolução e a Questão Social; que Justiça Social”, ROSAS, Fernando, *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, págs. 137-160.
- PATRIARCA, Fátima, “Greves”, BARRETO, António (coord.) *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999, Vol VIII.
- RODRIGUES, Francisco (org.), *O Futuro era Agora*, Lisboa, Dinossauro, 1994.
- ROSA, Eugénio, *A Economia Portuguesa em Números*. Lisboa, Moraes Editora, 1975.
- ROSDOLSKY, Roman, *Para Ler O Capital de Karl Marx*, São Paulo, Contraponto, 2001.
- SANTOS Maria de Lurdes et al, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Porto, Afrontamento, 1976, vol. I.
- VALENTE, José, “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): entre o Corporativismo e a Unicidade”, BRITO, J.M. Brandão, *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, págs. 209-251.